



# Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

### Mercado de Atuação

A Santander Capitalização, integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de Capitalização sendo suas operações voltadas em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, instrumento de garantia e inventivo.

### Desempenho Econômico - Financeiro

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 394.068 (31/12/2023 - R\$410.716). O lucro líquido apresentado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 609.735 (31/12/2023 - R\$ 572.800) e proviões técnicas de capitalização de R\$ 5.301.007 (31/12/2023 - R\$ 5.560.685).

### Auditoria Independente

A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.  
A Diretoria Executiva

### BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2024		31/12/2023	
<b>Ativo Circulante</b>		<b>893.722</b>	<b>2.193.520</b>		
Disponível	4.821.c	34.230	16.225		
Caixa e Bancos		34.230	16.225		
<b>Aplicações</b>		<b>851.197</b>	<b>2.176.682</b>		
Títulos de Renda Fixa	5.b	851.197	2.176.682		
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>8.295</b>	<b>613</b>		
Outros Créditos		451	613		
Créditos Tributários e Previdenciários	6&20.a	7.844	-		
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>5.121.625</b>	<b>4.210.985</b>		
<b>Aplicações</b>		<b>4.964.188</b>	<b>4.056.254</b>		
Títulos de Renda Fixa	5.b	4.964.188	4.056.254		
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326		
(-) Redução do Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.326)		
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>24.316</b>	<b>21.610</b>		
Créditos Tributários e Previdenciários	6&20.a	23.987	20.267		
Depósitos Judiciais	7	329	1.343		
<b>Permanente</b>		<b>133.121</b>	<b>133.121</b>		
<b>Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>		
Outros Investimentos		1.077	(1.077)		
(-) Redução ao Valor Recuperável		(1.077)	(1.077)		
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>133.121</b>	<b>133.121</b>		
<b>Outros Intangíveis</b>		<b>133.121</b>	<b>133.121</b>		
Ágio de Incorporação		133.121	133.121		
<b>Total do Ativo</b>		<b>6.015.347</b>	<b>6.404.505</b>		

	Notas Explicativas	31/12/2024		31/12/2023	
<b>Passivo Circulante</b>		<b>5.618.890</b>	<b>5.992.608</b>		
<b>Contas a Pagar</b>		<b>310.086</b>	<b>426.687</b>		
Obrigações a Pagar	9	290	150.109		
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		379	433		
Impostos e Contribuições	10	308.613	275.473		
Outras Contas a Pagar		774	672		
<b>Débitos de Operações com Capitalização</b>	<b>12</b>	<b>7.491</b>	<b>4.846</b>		
Débitos Operacionais		7.491	4.846		
<b>Depósitos de Terceiros</b>	<b>13</b>	<b>334</b>	<b>389</b>		
<b>Provisões Técnicas - Capitalização</b>	<b>14</b>	<b>5.301.007</b>	<b>5.560.685</b>		
Provisão para Resgates		5.289.499	5.543.980		
Provisão para Sorteios		6.302	10.858		
Provisão para Complementação de Sorteios		5.206	5.847		
<b>Outros Débitos</b>		<b>394.068</b>	<b>410.716</b>		
Provisões Judiciais	11.b	2	1		
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>2.389</b>	<b>1.181</b>		
<b>Contas a Pagar</b>		<b>1.716</b>	<b>409</b>		
Tributos Diferidos	20.b	1.716	409		
<b>Outros Débitos</b>		<b>673</b>	<b>772</b>		
Provisões Judiciais	11.b	423	491		
Débitos Diversos		250	281		
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15</b>	<b>394.068</b>	<b>410.716</b>		
Capital Social		317.204	317.204		
Reservas de Lucros		119.264	120.529		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(42.400)	(27.017)		
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>394.068</b>	<b>410.716</b>		
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>6.015.347</b>	<b>6.404.505</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial (90.859)	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>317.204</b>	<b>63.441</b>	<b>134.288</b>	<b>63.842</b>	<b>424.074</b>	<b>982.858</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	63.842	-	63.842
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(134.288)	-	-	(134.288)
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	-	-	(515.712)	(515.712)
Lucro Líquido		-	-	-	-	572.800	572.800
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>317.204</b>	<b>63.441</b>	<b>57.088</b>	<b>(27.017)</b>	<b>410.716</b>	<b>853.412</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(77.200)</b>	<b>63.842</b>	<b>-</b>	<b>(13.358)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>317.204</b>	<b>63.441</b>	<b>57.088</b>	<b>(27.017)</b>	<b>410.716</b>	<b>1.269.864</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(15.383)	-	(15.383)
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	(57.088)	-	-	(57.088)
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	-	-	(553.912)	(553.912)
Lucro Líquido		-	-	-	-	609.735	609.735
Reservas para Equalização de Dividendos		-	-	55.823	-	(55.823)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>317.204</b>	<b>63.441</b>	<b>55.823</b>	<b>(42.400)</b>	<b>394.068</b>	<b>1.269.864</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.265)</b>	<b>(15.383)</b>	<b>-</b>	<b>(16.648)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - CJ, 201, parte, bloco 2, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivos. As operações da Santander Capitalização são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade.

A Santander Capitalização está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander, que tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 19 de novembro de 2021 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025.

#### a) Normas e Interpretações

##### a.1) Que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2024

Na data de preparação destas demonstrações financeiras não há normativos com aplicabilidade em data futura.

##### a.2) Que entrarão em vigor no exercício de 2024

Em 06 de julho de 2022, o Conselho Diretor da SUSEP decidiu colocar em consulta pública minuta de Circular que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivos da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, viabilizando a implementação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros por mercado supervisionado pela Susep, e outras alterações regulatórias. Em 10 de outubro de 2022 a SUSEP através da Circular nº 678 recepcionou o CPC 48 a partir de 02 de janeiro de 2024. A Administração adotou prospectivamente, a partir de 02 de janeiro de 2024, e os efeitos da adoção dos respectivos normativos não impactaram materialmente os saldos patrimoniais e de resultados.

Atualmente, conforme estabelecido na Circular nº 648, o reconhecimento da receita oriunda da quota de carregamento foi reconhecido conforme critérios, metodologias e premissas discriminadas em estudo técnico. A Companhia adotou de forma prospectiva a partir de 02 de janeiro de 2024. Futuras melhorias para fins de convergência completa serão adotadas dentro do cronograma normativo previsto.

#### b) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
  - Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-f;
  - Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ágio) são discutidos na Nota 3-g;
  - A vida útil dos ativos intangíveis são discutidos na Nota 3-h;
  - Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-i;
  - Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-k; e
  - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-m.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, são as seguintes:
- Mudanças nas taxas de juros;
  - Mudanças nos índices de inflação;
  - Regulamentação governamental e questões fiscais;
  - Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
  - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
  - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
  - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

#### 3. Principais Políticas Contábeis

##### a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.

##### b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Capitalização.

##### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os saldos não classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

##### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

##### e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

#### 4. Diferenças e Classificação dos Instrumentos Financeiros

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índices de mercado ou rating de crédito) no qual o investidor original é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. **Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração**  
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes à "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração divergências contábeis derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ágio ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

• Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, correspondentes ao vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e a natureza dos diversos tipos de riscos associados a ele.

iii. **Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo**

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

Os ativos em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e a natureza dos diversos tipos de riscos associados a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

#### iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

	31/12/2024		3	
--	------------	--	---	--



# Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Composição por Prazo de Vencimento

Ativos Financeiros	31/12/2024			Total
	Até 1 Ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
<b>Disponíveis para Venda</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	500.237	4.687.629	-	5.187.866
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	350.960	99.894	176.665	627.519
<b>Total</b>	<b>851.197</b>	<b>4.787.523</b>	<b>176.665</b>	<b>5.815.385</b>

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a Mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

### c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Ajustes ao Valor de Mercado no		Saldo em 31/12/2024
				Resultado Financeiro (Nota 19)	Patrimônio Líquido	
<b>Títulos Públicos</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.781.679	2.629.505	(2.766.322)	539.973	3.030	5.187.865
Letras do Tesouro Nacional - LTN	779.974	-	(790.000)	9.562	464	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	671.283	-	(62.475)	47.844	(29.132)	627.520
<b>Total</b>	<b>6.232.936</b>	<b>2.629.505</b>	<b>(3.618.798)</b>	<b>597.380</b>	<b>(25.638)</b>	<b>5.815.385</b>

### d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no ativo realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$8.326 (31/12/2023 - R\$8.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$8.326 (31/12/2023 - R\$8.326).

### e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de Renda Fixa	5.815.385	6.232.936
<b>Total de Cobertura</b>	<b>5.815.385</b>	<b>6.232.936</b>
Provisões Técnicas	(5.301.007)	(5.560.685)
<b>Total de Excedente</b>	<b>514.378</b>	<b>672.251</b>

### 6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Tributários (Nota 20.a)	31.831	20.267
<b>Total</b>	<b>31.831</b>	<b>20.267</b>

### 7. Depósitos Judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	43	1.110
Trabalhistas	46	224
Cíveis	240	9
<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>1.343</b>

### 8. Intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Ágio na aquisição da Real Capitalização	133.121	133.121
	<b>133.121</b>	<b>133.121</b>

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

### Principais Premissas:

Base para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxo de caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa <sup>(1)</sup>	5 Anos
Taxa de Crescimento	4,0 %
Taxa de Desconto <sup>(2)</sup>	18,6 %

<sup>(1)</sup> As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

<sup>(2)</sup> A taxa de desconto é calculada anualmente com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Em 31 de dezembro de 2024 a taxa de desconto antes de impostos é de 18,61% e não foi identificada evidência objetiva de impairment.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

### 9. Obrigações a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos	-	150.000
Fornecedores	290	109
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>150.109</b>

### 10. Impostos e Contribuições

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	180.949	160.553
Contribuição Social	123.923	112.267
Pis e Cofins	3.741	2.653
<b>Total</b>	<b>308.613</b>	<b>275.473</b>

### 11. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

#### a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j).

#### b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	423	461
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1	30
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1	1
<b>Total</b>	<b>425</b>	<b>492</b>

#### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2024			01/01 a 31/12/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	461	30	1	429	29	1
Constituição Líquida de Reversão (32)	(21)	-	-	21	(1)	32
Atualização Monetária	24	-	-	31	2	-
Baixas por Pagamento (30)	(8)	-	-	(20)	-	(32)
<b>Saldo Final</b>	<b>423</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>461</b>	<b>30</b>	<b>1</b>

#### d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

#### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

#### f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas, e Cível Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2024, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$ 8.465 (31/12/2023 - R\$7.913), e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

### 12. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais (Nota 15), registrados no passivo circulante.

### 13. Depósitos de Terceiros

Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas.

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2024	31/12/2023
De 0 a 30 Dias	40	45
De 31 a 60 Dias	2	10
De 61 a 120 Dias	14	8
De 121 a 180 Dias	12	7
De 181 a 365 Dias	7	64
Superior a 365 Dias	259	255
<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>389</b>

### 14. Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
<b>Saldo Inicial em 31/12/2022</b>	<b>5.662.900</b>	<b>19.466</b>	<b>5.682.366</b>
Constituição <sup>(1)</sup>	3.081.709	74.941	3.156.650
Juros e Atualização Monetária (Nota 19)	439.144	68	439.212
Baixas (6.339.773)	(77.770)	(3.717.543)	-
<b>Saldo Final em 31/12/2023</b>	<b>5.433.980</b>	<b>16.705</b>	<b>5.560.685</b>
	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
<b>Saldo Inicial em 31/12/2023</b>	<b>5.433.980</b>	<b>16.705</b>	<b>5.560.685</b>
Constituição	2.840.662	50.569	2.891.231
Juros e Atualização Monetária (Nota 19)	365.239	32	365.271
Baixas (3.460.382)	(55.798)	(3.516.180)	-
<b>Saldo Final em 31/12/2024</b>	<b>5.289.499</b>	<b>11.508</b>	<b>5.301.007</b>

<sup>(1)</sup> A Provisão Matemática para resgates inclui a provisão matemática para Capitalização (PMC), Provisão para Resgate (PR), Provisão para resgate dos títulos antecipados e Provisão para resgate de títulos vencidos com os respectivos valores.

<sup>(2)</sup> A Provisão Complementar de Sorteios está apresentada junto com Sorteios a pagar e a Realizar.

### 15. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é composto por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

#### b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Santander Capitalização.

### Dividendos Pagos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Reais por Ação Ordinária	
	Valor	Valor
<b>2023</b>		
Dividendos <sup>(1)</sup>	134.288	2.078.279
Dividendos <sup>(2)</sup>	15.712	0.243.163
Dividendos <sup>(3)</sup>	200.000	3.095.257
Dividendos <sup>(4)</sup>	150.000	2.321.442
Dividendos <sup>(5)</sup>	150.000	2.321.442
<b>Total</b>	<b>650.000</b>	
<b>2024</b>		
Dividendos <sup>(6)</sup>	83.912	1.298.646
Dividendos <sup>(7)</sup>	57.088	0.883.510
Dividendos <sup>(8)</sup>	146.000	2.259.537
Dividendos <sup>(9)</sup>	158.000	2.445.253
Dividendos <sup>(10)</sup>	166.000	2.569.063
<b>Total</b>	<b>611.000</b>	

<sup>(1)</sup> Em 31 de março de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento foi realizado em maio de 2023.

<sup>(2)</sup> Em 31 de março de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de fevereiro de 2023, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento foi realizado em maio de 2023.

<sup>(3)</sup> Em 30 de junho de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de junho de 2023, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento foi realizado em julho de 2023.

<sup>(4)</sup> Em 27 de setembro de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de agosto de 2023, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023. O pagamento foi realizado em outubro de 2023.

<sup>(5)</sup> Em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares, com base no balanço de novembro de 2023, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2023.

<sup>(6)</sup> Em 28 de março de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários. O pagamento foi realizado em abril de 2024.

<sup>(7)</sup> Em 28 de março de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base na conta de reservas para equalização de dividendos. O pagamento foi realizado em abril de 2024.

<sup>(8)</sup> Em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares. O pagamento foi realizado na data da deliberação.

<sup>(9)</sup> Em 23 de dezembro de 2024, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares. O pagamento ocorrerá em 60 dias a partir da deliberação **c) Reserva Legal**

Estatutariamente sobre a destinação do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

#### d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Diretoria Executiva à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.

#### e) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

#### f) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------

#### Ajustes Contábeis

Patrimônio Líquido 394.068 410.716

#### Exclusão:

Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que excederam 15% do CMR (21.342) (8.294)

Ativo Intangível (133.121) (133.121)

**PLA (Ajustes Contábeis) 239.605 269.301**

#### Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos

Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registradas 28.427 35.880

#### Ajustes de Qualidade à Variação de Cobertura do CMR

Máximo 50%. Serão Cobertos pela Soma do PLA de

Nível 2 e do PLA de Nível 3 (3.954) (7.945)

**PLA (Total) 264.076 297.236**

#### Níveis de PLA

Nível 1 229.116 257.329

Nível 2 28.427 35.880

Nível 3 10.489 11.972

Excesso de PLA (3.954) (7.945)

**Totais Níveis PLA 264.076 297.236**

#### g) Capital Mínimo Requerido - CMR

	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------

Capital Base 10.800 10.800

Risco de Crédito 1.426 1.307

Risco Operacional 12.334 13.860

Risco de Subscrição 39.271 47.042

Risco de Mercado 32.487 35.030

Benefício da Correlação de Risco (15.593) (17.423)

**CMR 69.925 79.816**

**PLA - Total 264.076 297.236**

**Suficiência 194.153 217.420**

O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital de risco, utilizado para a análise, conforme Resolução CNSP 432/2021 e atualizações posteriores.

### 16. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
--	--------------------	--------------------

Receita com Resgates

Continuação



# Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

## COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

**Diretoria Executiva**  
**Diretora Superintendente**  
 Izabella Ferreira Costa Belisário  
**Diretoras Executivas**

Anna Paula Dorce Armonia

Vanessa Alessi Manzi

**Diretora Executiva Responsável pelos Controles Internos**  
 Vanessa Alessi Manzi

**Atuário Responsável Técnico**  
 Celio Lima Sobrinho Junior - MIBA 2553

**Diretor Responsável Técnico**  
 Anna Paula Dorce Armonia

**Contadora**  
 Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

## PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Santander Capitalização S.A.**  
 São Paulo - SP

### Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária

- IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

### Responsabilidade da Administração

A Administração da Santander Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Santander Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Joel Garcia  
 Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48  
 CNPJ nº 02.668.801/0001-55  
 R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

### Anexo I

#### Santander Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2024
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>5.301.007</b>
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2024
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	71.987
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>71.987</b>
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	265.108
Ajustes Econômicos do PLA	30.307
Exigência de Capital (CMR) (b)	71.987
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>193.121</b>
Ativos Garantidores (d)	5.815.385
Total a ser Coberto (e)	5.301.007
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>514.378</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
 Santander Capitalização S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Mensuração das provisões técnicas de capitalização (PMC e PR - Notas 3(k) e 14)</b></p> <p>A Companhia registrou obrigações decorrentes de operações de títulos de capitalização que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas de Capitalização" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e (ii) Provisão para Resgate (PR).</p> <p>As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP.</p> <p>A determinação dos valores dessas provisões técnicas envolve incertezas inerentes às coberturas dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas e rentabilidade financeira.</p> <p>Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas da Companhia.</p> <p>Efetuamos, também, reconciliação dos registros oficiais de arrecadações recebidas e realizamos o cruzamento com o relatório gerencial de provisões matemáticas de capitalização. Adicionalmente, efetuamos testes documentais, em bases amostrais, das arrecadações e resgates no exercício em análise.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas, testamos a totalidade e integridade das bases de dados diretamente utilizadas nas análises e a movimentação dos fluxos da Provisão Matemática para Capitalização (PMC) e Provisão para Resgate (PR).</p> <p>Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação e constituição das provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Ambiente de tecnologia da informação</b></p> <p>A Santander Capitalização S.A. está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander (Brasil) S.A., controlador indireto da Companhia.</p> <p>O Banco Santander tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Companhia.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes  
 Contador CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente  
 conforme MP nº 2.200-2 de  
 24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
 de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
 04067191000160 Pub: 07/03/2025  
 A autenticidade deste documento  
 pode ser conferida através do QR Code  
 ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/07/SANTANDERCAP1581194107032025.pdf>  
 Hash: 1741708098a172939949fe43aabe2b7144cbe27577